

Valorizado mas sem valor? Remuneração afetiva, reprodução social e política feminista para além da crise

Valorised but not valued? Affective remuneration, social reproduction and feminist politics beyond the crisis.

Emma Dowling

Universidade de Middlesex, Londres, Inglaterra. E-mail: e.dowling@mdx.ac.uk

Versão original: DOWLING, Emma. *Valorised but not valued? Affective remuneration, social reproduction and feminist politics beyond the crisis*. Revista British Politics, vol. 11, edição 4, dez. 2016, p. 452-468.

Tradução:

Glenda Vicenzi: Mestranda em Teoria e Filosofia do Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: glendavicenzi@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma distinção analítica entre os modos de valorização e os modos de atribuir valor à reprodução social, para sugerir que um conflito entre esses dois modos opostos está no centro de uma crise em curso da reprodução social em face de suposta recuperação econômica, na qual o trabalho reprodutivo não pago constitui uma fonte de mais-valor. O imperativo sistêmico para expandir mercados em busca de lucratividade caminha lado a lado com um processo de perda de valor da reprodução social, o que se dá tornando esse trabalho invisível ou exteriorizando seus custos. Este artigo analisa as especificidades desse processo no contexto contemporâneo da Grã-Bretanha e investiga o papel do estado, focando no voluntariado e nas novas formas de “remuneração afetiva” ligadas à financeirização e na conexão entre reprodução social e extração de riqueza. Na conclusão, o artigo delinea os contornos de possíveis contra-práticas informadas por uma política feminista.

Palavras-chave: Reprodução social; Remuneração afetiva; Financeirização; Trabalho afetivo; Voluntariado; Valorização; Feminismo.

Abstract

This paper proposes an analytical distinction between modes of valorising and modes of valuing social reproduction to suggest that a conflict between these two opposing modes lies at the heart of an on-going crisis of social reproduction in the face of purported economic recovery, where unpaid reproductive labour constitutes a source of surplus value. A systemic imperative to expand markets in the pursuit of profitability goes hand in hand with a devaluation of social reproduction, either by making this work invisible or by externalising its cost. This article analyses the specificities of this process in the context of contemporary Britain and investigates the role of the state, focusing on volunteering and new forms of ‘affective remuneration’ linked to financialisation and the connection between social reproduction and wealth extraction. In conclusion, the paper outlines the contours of possible counter-practices informed by a feminist politics. *British Politics* (2016).

Keywords: Social reproduction; Affective remuneration; Financialisation; Affective labour; Volunteering; Valorisation; Feminism.

Introdução

A única coisa boa sobre viver a austeridade da Grã-Bretanha é que, ao encurralar-nos, o governo e o dinheiro que o controla está involuntariamente treinando uma geração de lutadores. Alguns de nós irão brigar e gritar. Outros estarão fora do ringue, curando os feridos. E o resto? Nós estaremos criando novas formas de minar a violência que recai sobre nós desde cima. Nós estaremos cavando os túneis e abrindo o caminho para uma sociedade “ultracivil” e melhor, na qual não haverá uma divisão entre mercedores e não mercedores...apenas pessoas, um planeta e o cuidado mútuo de ambos.

Leah Borromeo (2015)

A política feminista, no que toca a reprodução social, torna visível o trabalho reprodutivo oculto, não reconhecido e não pago, predominantemente realizado por mulheres nos lares, nas comunidades e, em virtude do gênero, nos locais de trabalho¹. Tem sido chave para esta luta a desnaturalização das mulheres em relação à realização das funções de assistentes, cuidadoras e donas de casa, e também à ideia de que devem realizar o trabalho reprodutivo não pago em virtude de afeto ou de responsabilidade por aqueles com quem se importam, ou por que esse costuma ser considerado o seu papel social. A luta feminista também procurou que o trabalho reprodutivo conquistasse reconhecimento social e cultural enquanto trabalho, demandando remuneração direta e independente, bem como que seu valor fosse explicitamente contabilizado pelas economias nacionais. Acima de tudo, as lutas feministas buscaram desafiar os papéis atribuídos às mulheres e, com isso, excluir o gênero (*de-gender*)² como fator da divisão social do trabalho, não apenas com o propósito de atingir a igualdade entre os sexos, mas para promover um tipo de sociedade totalmente diferente, destacando o valor da reprodução social para as lutas interseccionais contra a exploração, a opressão e a destruição do meio-ambiente.

¹ Agradeço aos editores, colaboradores e revisores dessa edição especial e o convite para participar no projeto. Meus agradecimentos especiais à Donatella Alessandrini, Klara Brekke, Silvia Federici, Rachel Holmes, Silke van Dyk e Tine Haubner pelos comentários e sugestões, bem como aos organizadores e participantes do simpósio: “Estado, Trabalho, Afetos” (*State, Work, Affects*) ocorrido na Universidade de Viena em janeiro de 2016. Todos os erros e insuficiências, bem como a responsabilidade pelas opiniões apresentadas, permanecem inteiramente meus.

² *De-gender* é entendido, nesse contexto, como qualitativamente diferente de *un-gender*. O primeiro se refere à transformação das relações sociais que reproduzem desigualdade, exploração e opressão a partir da divisão de gênero, de tal modo que isso não mais ocorra; *ungendering* se refere à mistificação ou ofuscação do gênero enquanto uma categoria organizadora da desigualdade social e das relações de poder da sociedade, e é, portanto, um termo a que se dirige a crítica.

A premissa deste artigo é que à reprodução social ainda não é atribuído valor (*valued*) de tais modos, ainda que a reprodução social seja valorizada (*valorized*)^{NT}. Boa parte do trabalho de reprodução social ainda não é reconhecido e tem sua distribuição marcada por divisões de gênero e raça. Além disso, quando valorizado, os próprios processos de valorização envolvem uma perda de valor (*value*) sistemática do trabalho de reprodução social precisamente para que dele seja extraído mais-valor. Situado no contexto contemporâneo da Grã-Bretanha, este artigo identifica novas formas de “remuneração afetiva” relacionadas à exploração de trabalho voluntário não pago. “Remuneração afetiva” denota os modos como o afeto se torna uma forma de remuneração: os ganhos afetivos de se engajar em um trabalho voluntário – uma percepção aumentada de bem-estar, ao enfrentar, por exemplo, a solidão e o isolamento social, ou uma melhoria das capacidades, ao aprender novas habilidades – são codificados como formas de pagamento e, de certo modo, calculados como equivalentes a renda. O artigo critica essa “remuneração afetiva” enquanto valorização do trabalho reprodutivo não pago e discute seu papel constitutivo no processo de financeirização da reprodução social. Na conclusão, se pergunta o que significaria para a reprodução social ter valor verdadeiramente atribuído a si – socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente – em contraposição a como o trabalho de reprodução social, na sua forma marcada por divisões de gênero, raça e classe, continua a ser posicionado a serviço da acumulação de capital, através de novas rodadas de austeridade, mercantilização e financeirização.

Organização contra a Crise da Reprodução Social

A reprodução social, o trabalho de produzir a força de trabalho e a vida, pode ser entendida em termos de esferas – os locais em que ocorre, por exemplo, a casa, a escola, a comunidade – como também em termos de atividades e de relacionamentos. Trata-se de

^{NT} O artigo desenvolve-se a partir da distinção conceitual entre *valuing* e *valorising*. Como em português não há, como no inglês, dois termos distintos para designar a valorização, optou-se por traduzir *valuing* por atribuição de valor e *valorising* por valorização. A distinção entre os dois conceitos será explicitada pela autora na terceira sessão do artigo.

atividades que, quer sejam reconhecidas ou remuneradas como tais ou não, constituem um trabalho que possui valor, em termos econômicos, por conta de seu papel – para não dizer necessidade – de produzir a força de trabalho requerida para que o trabalho assalariado seja realizado com as devidas capacidades disposições e subjetividades, em relação a aspectos físicos, emocionais e mentais (Dalla Costa, 1972; Dalla Costa and James, 1972; Cox and Federici, 1975; Federici, 1975, 2012; Mies, 1986; Picchio, 1992; Fortunati, 1981/1995; Bakker, 2007; Steans and Tepe, 2010; Rai et al., 2013).

A política estatal de “consolidação fiscal” (Streeck, 2014) decorrente da crise resultou em um renovado ataque à reprodução social. Isso afetou a capacidade de muitas pessoas de reproduzir seus meios de subsistência e de satisfazer suas necessidades, aprofundando uma crise da reprodução social já existente (Caffentzis, 1999). A austeridade afetou as mulheres negativamente de modo desproporcional (Oxfam, 2013, p. 3; Women’s Budget Group, 2014). É especificamente relevante aqui o fato de que a austeridade tem feito aumentar a quantidade de trabalho reprodutivo não pago – realizado majoritariamente por mulheres da classe trabalhadora e por mulheres não-brancas – para compensar o acesso reduzido aos serviços de bem-estar e as quedas nos rendimentos (Federici, 2012; Bassel and Emejulu, 2015). Em resposta aos efeitos do regime de cortes, movimentos anti-austeridade têm se organizado no terreno da reprodução social. Ao fazer isso, eles desafiam as novas rodadas de “acumulação por despossessão” (Harvey, 2004), enquanto prefiguram de modo importante novas formas de vida social que podem diminuir a dependência em relação às vicissitudes dos mercados financeiros globais e oferecer alternativas reais à crise econômica. Isso envolve, por um lado, a combinação de estratégias de resistência e, por outro, a construção de novas infraestruturas sociais. Exemplos incluem as lutas contra a gentrificação em Londres pelo *Focus E15*,³ a Plataforma para Pessoas Afetadas por Hipotecas na Espanha (PAH), que procurou juntar a luta contra o despejo e a dívida hipotecária com o desenvolvimento de novas formas coletivas de cuidado e solidariedade (Colau e Alemany, 2014); clínicas radicais de saúde e solidariedade na Grécia;⁴ movimentos pela remunicipalização por toda a Europa, que estão tentando desenvolver

³ Ver: <http://focuse15.org/> [último acesso em novembro de 2015].

⁴ Ver por exemplo: <http://www.kiathess.gr/en/> [último acesso em junho de 2016]

novos modelos democráticos e não mercantis de propriedade dos serviços públicos (Pigeon et al., 2012); ou chamados por uma “revolução na esfera do cuidado (*care revolution*)”^{NT} (Winker, 2015) na Alemanha.

A organização no terreno da reprodução social torna isso possível, pois a reprodução social possui duas dimensões. Por um lado, a reprodução social pertence à reprodução da força de trabalho para a exploração capitalista. Por outro, a vida não se reduz somente ao controle capitalista, nem jamais podem as subjetividades e relações serem totalmente capturadas e moldadas pelo capital. Assim, a reprodução social também engloba todas as atividades e relações que reproduzem a vida em si mesma. Na luta pela reprodução social, é a contradição entre essas duas dimensões – a reprodução da força de trabalho para o capital contra a reprodução da própria vida – que ajuda a lançar luz sobre as possibilidades de construir alternativas. Enquanto relação social (e política), o capital é baseado em relações de poder desiguais sustentadas pela restrição do acesso aos meios de reprodução social. Obter controle sobre os meios da reprodução social aumenta o poder que as pessoas têm de reproduzir sua subsistência sem depender da venda de sua força de trabalho para fazê-lo.⁵ Isso pode ser entendido, em termos reais, como aquelas esferas e atividades que operam autonomamente em relação à forma mercadoria e, em termos potenciais, como as lutas orientadas para a reprodução social e ecológica para além das demandas, controle e exploração do capital.

O trabalho reprodutivo constitui um custo para o capital, mas é também uma fonte central de seu excedente – o trabalho que é realizado na sociedade para produzir riqueza, que não é pago e é privatizado. Assim, quanto mais o capital pode mercantilizar e comercializar a reprodução social (e, com isso, cobrar por ela), ou quanto mais a reprodução social é tornada invisível por sua desqualificação enquanto trabalho, mais o seu custo pode ser externalizado. Consequentemente, uma das questões centrais que ainda está no centro do ativismo feminista e das posições acadêmicas é precisamente quem está suportando o

^{NT} O conceito de *care*, comumente traduzido para o português como “cuidado”, está fortemente vinculado à ocupações relacionadas ao cuidado, sobretudo o cuidado de pessoas. Nesse sentido, o *care* diz respeito, por exemplo, ao trabalho de assistir aos que necessitam de atenção especial, como crianças, idosos ou deficientes, e que requer, em geral, certo envolvimento afetivo entre as partes.

⁵ Cf. Esping-Andersen (1990) conceitos de ‘desmercantilização’ e de regimes de bem-estar.

custo pela reprodução da força de trabalho. De fato, o esgotamento (Rai et al., 2013)⁶ é uma experiência bastante real que tem sido vivenciada, a qual suporta as consequências do estresse e da exaustão física ou de problemas de saúde mental, que podem se manifestar, por exemplo, em sintomas de *burnout* ou de depressão. Esse esgotamento é fundamental para o que é entendido como uma crise da reprodução social, ou seja, a incapacidade das pessoas adequadamente reproduzirem suas subsistências.

Tal crise da reprodução social também pode se constituir uma crise para o capital se a força de trabalho é reproduzida insuficientemente (cf. Weeks, 2011: 27). Consequentemente, podemos perguntar se há um ponto no qual uma dada configuração social é forçada a mudar em resposta à impossibilidade de extrair mais-valor adicional de uma organização social do trabalho específica. Em uma economia globalizada, isso pode ser difícil de determinar, em vista da habilidade do capital de mover-se ao redor do globo em busca de lucratividade; no entanto, mais do que possa parecer, o capitalismo pode ter realmente atingido um limite insuperável, tornando-se incapaz de resolver sua crise (cf. Moore, 2014; Mason, 2015).⁷ Mesmo em face da crise, a questão ético-política permanece diante de como a capacidade do capital de *buscar* por lucratividade excede a capacidade das populações de tolerar seu descaso voraz por elas e pelo planeta.

A medida em que o capital irá suportar o custo da reprodução social depende do nível de dependência em relação a uma força de trabalho específica em um modo de produção particular, de modo que o capital investe em sua reprodução. O estado de bem-estar da Grã-Bretanha pós-guerra mitigou as contradições da relação capital-trabalho; contudo, com o concomitante processo de globalização e o dismantelamento neoliberal do estado de bem-estar, a reprodução social foi submetida a dois processos concorrentes que reorganizam a composição social do trabalho. Um diz respeito aos renovados modos com

⁶ Rai et al. (2013, pp. 3–4) definem o que eles chamam de “esgotamento através da reprodução social” (DSR) como “o nível no qual o escoamento de recursos excede a entrada de recursos na realização do trabalho de reprodução social acima de um limite sustentável, tornando-se prejudicial para aqueles engajados nesse trabalho desvalorizado”. Os autores identificam três aspectos de “esgotamento através da reprodução social”: o deslocamento das mulheres para o trabalho remunerado; a comercialização de serviços; a mudança nas funções do estado.

⁷ Moore (2014) defende que a noção de exaustão é mais precisa que a de esgotamento, pois aquela não essencializa uma noção de que as qualidades do homem e “recursos” naturais como sendo em si mesmas finitas, é, ao contrário, capaz de capturar como os limites de uma extensão ou média específica de extração de recurso está ligada às estruturas sociais e econômicas historicamente específicas de cada regime de acumulação e modo de produção e reprodução.

que o trabalho reprodutivo não pago é tornado invisível, o outro é o interesse do capital nas esferas da reprodução social como uma fonte de valor direto, através de formas de mercantilização e, mais recentemente, financeirização.

Modos de Valorização Versus Modos de atribuir Valor: Uma Distinção Analítica

As lutas em torno da reprodução social são moldadas por questões de como é atribuído valor a ela, por quais mecanismos, por quem e por quais propósitos. Este é um processo que depende do significado de valor. Esse artigo segue a distinção marxista entre valor de troca e valor de uso (cf. Cleaver, 1979) e tem como base a distinção do marxismo autonomista entre valorização capitalista e a autovalorização do trabalho (ibid.), para introduzir uma distinção analítica entre *modos de valorização* e *modos de atribuir valor* à reprodução social. Essa distinção, argumenta-se, permite uma delimitação rigorosa das modalidades distintas e conflitantes através das quais o valor (*worth*) é atribuído à reprodução social pela economia política. O artigo prossegue com uma discussão sobre a valorização no contexto contemporâneo da reprodução social e a sua financeirização, introduzindo o conceito analítico de “remuneração afetiva”, antes de delinear como seriam os modos alternativos de atribuir valor à reprodução social.

A valorização é um processo pelo qual o “trabalhador assalariado [...] produz e aumenta o capital” (Marx, 1887, p. 491, fn 1). Em outras palavras, é o *trabalho* que se destina a realizar o produto que lhe confere valor. O imperativo sistêmico de acumulação de capital requer que o capital atinja cada vez mais áreas da vida social e ecológica, visando gerar mais-valor. Entretanto, como o trabalho não pago é a fonte desse mais-valor realizado através da mercantilização e comercialização, a lógica inerente é perseguir modos de não lhe atribuir valor, como também de escoar os custos de sua reprodução. Esse processo de valorização, portanto, é caracterizado por uma relação dinâmica de internalização da força de trabalho como fonte de mais-valor, enquanto se externaliza os custos de fazê-lo – não apenas pela limitação da remuneração desse trabalho, mas também pela externalização do custo de sua reprodução.

Austeridade, financeirização e novas formas de valorização

Na esteira da crise financeira global, não apenas testemunhamos a implementação de medidas de austeridade e o escoamento dos custos da reprodução social. Nós também estamos vendo como as esferas e atividades da reprodução social se tornaram um terreno significativo para a expansão de mercado e para novas rodadas de acumulação, especialmente financeira. Austeridade e financeirização se tornaram dois lados de uma mesma moeda: onde a austeridade chega, novos modelos de negócios e produtos financeiros estão sendo desenvolvidos. São exemplares dessa conexão, na Grã-Bretanha, os novos “modelos de negócio comunitários” (Social Finance, 2015), cujos próprios nomes e propósitos definidos tornam evidente a ligação. Por exemplo, “gestores de ativos públicos” levam bens públicos à propriedade privada, “poupadores de negócios” intervêm onde os cortes ameaçam o fechamento de serviços públicos e bens sociais, como bibliotecas, clubes e piscinas públicas (Ibid.), e a crescente indústria de negócios comunitários e de modelos de empreendimento social é um sintoma da nova retirada de bem-estar financiado pelo governo e da provisão de serviços sociais.

Três aspectos centrais podem ser identificados no que foi chamado de financeirização da reprodução social (Dowling and Harvie, 2014; Federici, 2014; Roberts, 2015). Nisso se inclui a financeirização de atividades explicitamente marcadas por divisões de gênero, as atividades domésticas e aquelas sociais, de bem-estar e comunitárias. Primeiramente, a financeirização de atividades explicitamente marcadas por divisões de gênero envolve a financeirização de características supostamente femininas e dos corpos e do trabalho das mulheres, por exemplo nos modos como mulheres são explicitamente alvos de esquemas de microcrédito (Federici, 2014) ou de outros produtos financeiros e de consumo (Allon, 2014). Em outras palavras, nos modos como uma subutilização das capacidades produtivas das mulheres se torna a base ideológica para o que Roberts (2015) chamou de “Feminismo Empresarial Transnacional”. Negra e Tasker (2014) também apontaram a conexão entre austeridade e o aumento de figuras metafóricas, marcadas por

divisão de gênero, de donas de casa esbanjadoras e de consumidoras mulheres sagazes apelidadas de “*recessionistas*”. Em segundo lugar, a financeirização em âmbito doméstico está relacionada com o aumento da dívida pessoal, dos pagamentos das utilidades domésticas e da gestão de riscos, na forma de seguros e outros produtos financeiros, de tal modo que uma parte dos (futuros) rendimentos domésticos e das atividades realizadas no lar estão atadas aos mercados financeiros (cf. Bryan et al., 2009; Allon, 2014; Federici, 2014). Em terceiro, a financeirização das atividades de bem-estar, sociais e comunitárias se concentra em formas de provisão ou reprodução social fora do âmbito doméstico: o voluntariado.⁸

Afeto como remuneração: voluntariado

Além de ocorrer fora do domicílio, as três características operacionais importantes do voluntariado são não ser pago, não ser obrigatório e que as atividades realizadas tenham valor para alguém ou para uma comunidade de beneficiários, para além do próprio voluntário. Desde o fim da década de 1990, dados têm sido coletados no Reino Unido sobre o envolvimento da população com voluntariado e sobre as motivações para fazê-lo. São estabelecidas correlações estatísticas entre o engajamento com o voluntariado e medidas subjetivas de bem-estar. Além disso, as contribuições de atividades voluntárias não pagas para o PIB são determinadas.⁹ Por Exemplo, o Escritório do Reino Unido para Estatísticas Nacionais (ONS) calculou que, em 2012, o voluntariado produziu pouco menos de 24 bilhões de libras em resultados econômicos, o equivalente a 1,5 por cento do PIB (ONS, citado em Haldane, 2014, p. 8).

O voluntariado ocorre no interior de um conjunto de “estruturas afetivas”. Estruturas afetivas podem ser definidas como um conjunto relativamente estável de relações interligadas que operam para produzir determinados sentimentos, sensações e

⁸ Voluntariado é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “trabalho não-obrigatório não pago; isto é, tempo que indivíduos dedicam sem pagamento a atividades realizadas tanto através de uma organização ou diretamente para outros, fora de suas próprias residências”. (OIT citada em Salamon et al., 2011, p. 225).

⁹ Cf. Salamon et al. (2011) para uma visão geral e discussão sobre as medidas para a atribuição de valor a atividades voluntárias não pagas.

motivações, com isso aumentando ou diminuindo a capacidade de um indivíduo de agir em relação – isto é, com e através – a outros.¹⁰ Tais “estruturas afetivas” têm uma inteligibilidade incorporada e não-verbal, mas também estão conectadas a discursos através dos quais nós damos sentido a elas.¹¹ Esses afetos constituem ainda espaços de luta sobre a política de reprodução social e são materiais na forma em que moldam as relações sociais e as subjetividades. Consequentemente, podemos investigar os tipos de estruturas afetivas associadas ao voluntariado. Tais estruturas afetivas podem variar desde sentimentos auto referenciais de mérito individual até sentimentos relacionados ao outro de empatia e conexão, de oferta (e recebimento) de caridade, de cuidado mútuo e solidariedade. Essas estruturas afetivas organizam as relações sociais de diferentes modos no que toca às relações de poder que são estabelecidas e reproduzidas, às subjetividades que são criadas, e, consequentemente, às expectativas que os indivíduos têm de si mesmos e dos outros. A caridade implica uma relação de poder hierárquica e desigual entre voluntários e beneficiários, em que o mutualismo sinaliza uma relação de poder horizontal e potencialmente mais igualitária entre os voluntários. Uma interpretação em termos afetivos de dados recentes sobre o voluntariado na Grã-Bretanha serve para ilustrar esse ponto. Há uma queda nas atividades de voluntariado em 2009, após a crise financeira global. Enquanto acadêmicos como Salamon *et al.* (2011, p. 224) atribuem isso a meros problemas metodológicos com a coleta dos dados, a queda poderia bem sinalizar um declínio qualitativo real nas atividades de voluntariado no período de crise, quando as pessoas sentiram que não possuíam excesso de recursos – tempo, energia, capacidade, dinheiro – para se engajar em tais atividades. Desde 2009, o voluntariado voltou a crescer na Grã Bretanha.¹² Isso poderia sugerir que, em face da recuperação relativa, o voluntariado se tornou novamente possível para as pessoas. Poderia sugerir também que há uma

¹⁰ Essa definição de “estruturas afetivas” se apoia no conceito de Williams’ (1977) de “estruturas de sentimento” bem como na literatura mais recente sobre a “virada afetiva” da teoria social (cf. Clough, 2007). O artigo propõe uma definição de afeto que deriva de uma linhagem espinosana que enfatiza os sentimentos, a relacionalidade e a capacidade e que implementa o afeto não em termos ontológicos, mas como um registro fenomenológico de conexões encarnadas que moldam e são moldadas por subjetividades individuais e coletivas.

¹¹ Wetherell (2015, p. 152) é útil aqui para explicar a relação entre afeto e discurso como um “feedback muito complicado e quase ininterrupto entre narrativas, interpretações, estados corpóreos, novas interpretações, novos estados corpóreos etc. em episódios reconhecíveis que fluem e mudam”.

¹² Fonte do dado: ‘*Participation in Civic Engagement and Voluntary Activities 2014–2015 [Table 1]*’, p. 7. UK Cabinet Office (2015).

transformação em curso das estruturas afetivas nas quais o voluntariado ocorre e a constituição de um espaço de luta – ou uma descontinuidade – entre o modo com que o capitalismo explora o trabalho voluntário e o surgimento de infraestruturas emancipatórias de cuidado.

Alguns acadêmicos apontaram para a recodificação ideológica que o neoliberalismo promoveu acerca do voluntariado, de tal modo que se engajar em atividades de caridade se torna sinônimo de aumentar o “capital humano” da pessoa que realiza o voluntariado, inscrevendo-o, com isso, em uma ideologia individualizada do empreendedorismo e do interesse próprio (cf. Mostafanezhad, 2012; Rosol, 2012; Dean, 2015). Isso reorienta o voluntariado para uma lógica de maximização da utilidade individual (ainda que baseada na cooperação social), transformando desse modo as estruturas afetivas nas quais ele ocorre. O interesse atual no voluntariado sugere que há uma tentativa de sincronizar as motivações neoliberais pelo voluntariado com uma ética coletiva ou comunitarista, explorando-se, com isso, a cooperação social para produzir uma situação em que todos ganham (“*win-win situation*”) para enfrentar uma crise tripla de legitimação, reprodução social e crescimento econômico (cf. Dowling and Harvie, 2014).

Em dezembro de 2014, o economista-chefe do Banco da Inglaterra, Andrew Haldane, deu uma palestra intitulada “Dando o quanto recebemos?”, propondo que o voluntariado é uma “jóia escondida” na “coroa” da economia da Grã-Bretanha e sugerindo modos para que o seu valor social pudesse ser quantificado e medido. Nesse discurso, Andrew Haldane refere-se à métricas que permitem que a utilidade do voluntariado seja quantificada em termos de renda equivalente para a pessoa que realiza o voluntariado. Conforme ele diz (2014, p. 10):

É possível traduzir [o aumento no bem-estar] em valores equivalentes-monetários – o dinheiro que um indivíduo precisaria despende para aumentar seu bem-estar na mesma quantidade. Com esta evidência, você precisaria compensar cerca de 2.400,00 libras, em média, por pessoa, por ano por renunciar à oportunidade de se voluntariar. Essa é uma quantia muito significativa considerando uma pessoa padrão, cuja salário médio anual foi de apenas 22.000,00 libras em 2013.

É digno de nota, precisamente, o modo no qual as dimensões afetivas do voluntariado, do “sentir-se bem” sobre se voluntariar, estão conectadas a uma compreensão de como este melhora a capacidade do indivíduo. Então, por exemplo, uma pessoa jovem, ao se voluntariar, pode adquirir confiança e autoestima, melhorando, com isso, sua empregabilidade, isto é, seu potencial de conseguir um trabalho em uma data futura; ou uma pessoa mais velha que se voluntaria combate o isolamento que poderia sentir na idade avançada, melhorando, a partir disso, sua saúde e – poder-se-ia adicionar – economizando o dinheiro estatal destinado ao bem-estar. O afeto funciona aqui como uma forma de remuneração que é espinosana, no sentido de que não se trata “apenas” da dimensão subjetiva em termos de um fator de um “sentir-se bem” como um fim em si mesmo, mas de que esses afetos aumentam as capacidades humanas e sociais para agir (Spinoza, 1677/2001; cf. Read, 2016). Com o voluntariado e o engajamento social, nós nos sentimos bem sobre nós mesmos, aprendemos novas habilidades e estabelecemos conexões com outros. Como resultado, aumentamos nossas capacidades de agir no mundo, o que, por sua vez, pode trazer ganhos pessoais futuros potenciais em termos de bem-estar e renda. A melhora potencial das capacidades que as pessoas recebem por se voluntariar é, assim, quantificada e tornada mesurável como uma forma não-monetária de “remuneração afetiva”. Embora Andrew Haldane não toque nesse ponto no discurso citado acima, pode se argumentar que o desenvolvimento de tais medidas poderia servir para aprofundar e legitimar ainda mais a austeridade e os cortes, caso medidas de remuneração afetivas fossem empregadas como substitutos reais de salários ou de remunerações oriundas do sistema de proteção social. Essa não é uma tendência sem precedente: seria a continuação da lógica da “*Big Society*” de David Cameron^{NT}, e seria também congruente com fenômenos como estágios não-remunerados, nos quais se espera que alunos que abandonam a escola e os universitários trabalhem de graça – ostensivamente para aprender as habilidades de que necessitam – antes de estarem de fato empregados com remuneração.

^{NT} Projeto de governo apresentado oficialmente por David Cameron, então Primeiro Ministro da Inglaterra, em julho de 2010, o qual propunha uma descentralização de poder sobretudo a partir do engajamento de comunidades locais em projetos de voluntariado. O discurso em que Cameron anuncia o projeto pode ser lido aqui: <https://www.gov.uk/government/speeches/big-society-speech> .

Uma remuneração afetiva direta, do tipo delineado acima, pode não estar em pauta, embora o discurso defenda a promoção de mais voluntariado através de incentivos fiscais ou de “Contas Individuais de Voluntariado” (ibid., p. 19). Entretanto, o que é relevante também para a análise apresentada nesse artigo é o modo como o voluntariado é relacionado aquilo que ficou conhecido como investimento social ou de impacto. Projetos de voluntariado são projetos do tipo que produzem valor social pela redução das assim chamadas “externalidades sociais” (ibid., p. 13). Exemplos de externalidades sociais são os custos sociais (e de bem-estar) da falta de moradia, desemprego, pobreza ou de problemas de saúde entre a população. No caso do investimento social ou de impacto, instrumentos como a “obrigação de impacto social” (*social impact bond* - SIB) são utilizados como veículos através dos quais investidores financeiros custeiam projetos destinados a reduzir tais externalidades sociais. Os investidores recebem um retorno em seus investimentos do governo quando o projeto no qual investiram atinge seus resultados estipulados, por exemplo, ao “conquistar os benefícios da redução da falta de moradia, de posicionar pessoas jovens no emprego ou em formações, prevenindo-os de reincidir, tratando seus problemas de saúde mental e reduzindo seu abuso de substâncias” (ibid., p. 13). Esse retorno sobre o investimento é pago a esses investidores privados pelo governo a partir das economias feitas à sociedade, ou seja, o contribuinte, como resultado da intervenção.¹³ Embora este artigo não critique os esforços que procuram aliviar os problemas sociais, argumenta-se que é preciso investigar criticamente os exatos mecanismos através dos quais, e com quais propósitos, isso ocorre. A análise feminista da reprodução social discutida aqui ajuda a tornar claro que esse tipo de investimento social privatizado facilita a extração privada de riqueza e que o trabalho voluntário não-pago que se baseia em formas de remuneração afetiva é empregado para atingir resultados sociais estipulados (e economia de custos), constituindo-se, a partir disso, em uma fonte de valor com base na qual os investidores têm ganhos financeiros.

¹³ Ver, por exemplo, Bryan and Rafferty, 2014; Dowling and Harvie, 2014; Whitfield, 2015, para uma discussão mais detalhada sobre investimento de impacto, o que excede o alcance desse artigo.

Política feminista e modos de atribuir valor à reprodução social

A forma particular com que um modo de valorização se desenvolve historicamente e em qualquer contexto dado é moldada pela luta política e social, historicamente incluindo a mediação pelo estado. Ambas as questões, de quem suporta o custo da reprodução social e a demanda pelo seu reconhecimento, são questões políticas circunscritas pelos modos nos quais o trabalho reprodutivo se move entre residências, comunidades, instituições do estado e organizações empresariais e por onde as atividades reprodutivas individuais são localizadas em um *continuum* entre pagas e não-pagas. No que toca à reprodução social, a política feminista tem sido sobre desafiar e transformar a divisão social do trabalho racializada e marcada por divisões de gênero e sobre demandar que o trabalho não-pago de reprodução social seja reconhecido.¹⁴ Os sucessos e os fracassos dessas campanhas nos deixam com novos desafios. Por exemplo, demandas pelo reconhecimento da reprodução social e por torná-la visível, e para que “conte” nas economias nacionais frequentemente acabaram preparando o terreno para a sua mercantilização e comercialização (cf. Alessandrini, 2014). Além disso, Weeks (2011, p. 13) criticou o modo como uma afirmação da reprodução social pode legitimar e, assim, reforçar os próprios discursos que afirmam uma ética do trabalho capitalista. Isso parece especialmente relevante em um tempo onde o imperativo empreendedor de continuamente aumentar o “capital humano” dos indivíduos está tornando cada vez mais difícil para as pessoas distinguirem entre as dimensões produtiva e não-produtiva de suas personalidades (cf. Feher, 2009). Ademais, Berg (2014) criticou o que ela chamou de um tipo de “chantagem afetiva” do “reprodutivismo” (ibid., p. 173), aconselhando a política feminista a não localizar inadvertidamente o ônus da responsabilidade por garantir que a reprodução social ocorra em trabalhadores reprodutivos ou cuidadores, algo que o coletivo feminista espanhol *Precarias a la Deriva* (2006) também problematiza. Fraser (2014, pp. 69-70) sugeriu recentemente que uma política orientada para a reprodução social simplesmente reforça a dicotomia entre produção e reprodução que é constitutiva do capitalismo. Essas críticas dão

¹⁴ Sobre a “des-familiarização” (*defamilialisation*) da política de bem-estar, ver Fraser e Gordon (1994); sobre os salários por (e contra) o trabalho doméstico, ver Federici (1975, 2012) e James (2013).

atenção aos modos como uma política feminista de afirmação da reprodução social podem resultar em um revigoramento ou estabilização da acumulação capitalista ao invés de transformá-la.¹⁵ Assim, a questão política se torna precisamente como pode uma política feminista não simplesmente assentar o caminho para novas rodadas de valorização capitalista ou, de outro lado, auxiliar na estabilização desse sistema de exploração ao providenciar a “cola reprodutiva” que manteria a sociedade capitalista unida.

Como se tem destacado repetidas vezes nesse artigo, no centro da questão está o enquadramento da problemática do valor. Em contraste com os modos de valorização criticados até agora, modos de atribuir valor à reprodução social podem ser definidos como a atividade de dar valor a atividades reprodutivas. Esse é um processo aberto e disputado, conforme atesta a vasta literatura sobre a atribuição de valor,¹⁶ uma abertura que permite que uma política se concretize nesse terreno. Esse artigo propõe que os *modos de atribuir valor* à reprodução social podem ser pensados como um conjunto de práticas sociais e éticas que *conferem* valor à reprodução social. Atribuir valor à reprodução social significa reconhecê-la não apenas como uma necessidade social com um custo correspondente, mas como um terreno que constitui as próprias condições para a vida, necessitando assim de acesso incondicional a seus meios. Tais *modos de atribuir valor* à reprodução social são antagônicos ao capital,¹⁷ rejeitando a subordinação de reprodução social à suas demandas. Consequentemente, a distinção analítica entre *modos de valorização* e *modos de atribuir valor* à reprodução social é marcada por uma relação conflituosa e oferece uma lente pela qual ler a crise econômica em curso e as possibilidades de superá-la.

¹⁵ Dadas as contradições da dependência do capital em relação à reprodução da força de trabalho, por um lado, ao mesmo tempo em que procura externalizar o custo dessa reprodução, por outro, vendo a reprodução como uma fonte para novas formas de mercantilização.

¹⁶ Ver, por exemplo, Aspers and Becker (2011).

¹⁷ A posição antagônica de uma política feminista voltada à reprodução social já estava articulada pelas ativistas envolvidas nas campanhas por salários para (contra) o trabalho doméstico na década de 70, que demandavam um salário (social) pelo trabalho doméstico (note-se: *não* trabalhadores domésticos entendidos necessariamente como mulheres). A demanda por salários chamou atenção para a dificuldade de remunerar adequadamente o trabalho reprodutivo precisamente porque este constitui uma fonte de mais-valor em uma economia capitalista.

Uma Política Feminista por uma Estratégia de Investimento Diferente

Uma política feminista que demanda o investimento na reprodução social deve iniciar, primeiramente, abrindo os significados diferentes e incomensuráveis do termo “investimento” que são invocados e mobilizados nos debates da economia política contemporânea. Em uma crítica recente dos “vocabulários da economia” atuais, Massey (2014) discute a diferença entre a codificação da atividade social como investimento e a sua codificação como despesa, e as ramificações dessas distintas codificações para a visibilidade ou invisibilidade das contribuições da reprodução para a economia. Massey argumenta que o pagamento, por exemplo, para professores ou enfermeiras, é convencionalmente calculado como despesa ao invés de investimento. Em outras palavras, é visto como um custo que tem que ser suportado em oposição a uma criação de valor que ocorre através dessas atividades. Consequentemente, ela critica as formas de investimento como extração de valor. Massey está especialmente preocupada aqui com os modos nos quais o investimento funciona no domínio financeiro, em que o valor é extraído de um conjunto de riqueza já existente: ativos são comprados para se beneficiar de seu desempenho lucrativo. Nesse uso, o “investimento” social é uma forma de investimento financeiro privado que atua como um meio de disciplinar as atividades sociais para os propósitos de extração de riqueza ao invés de tornar os recursos disponíveis para propósitos sociais. Isso é o que este artigo procurou argumentar na discussão sobre voluntariado e financeirização. Não menos importante, é precisamente ao longo do nexo das relações de investidor-investido que novas linhas de classe estão sendo traçadas, refletindo as dinâmicas e dependências da relação capital-trabalho tal como se organizava em torno do salário.

Massey contrasta o investimento como extração de valor com o investimento como criação de valor. Nesse sentido, uma segunda compreensão do investimento é aquela que defende o investimento social como uma forma de criação de riqueza, que também é encontrada em argumentos a favor de um Estado de investimento social que investe em seus cidadãos para melhorar sua produtividade (Morel et al., 2012). Similarmente, os quadros de uma economia feminista quantificam o trabalho não pago da reprodução social

para demandar o seu reconhecimento (cf. Waring, 1988; Picchio, 1992; Elson, 1998). Esses esforços recaem em pelo menos duas categorias. Primeiro, a demanda para que o trabalho reprodutivo não pago seja adequadamente considerado “produtivo” e, com isso, um fator nas medidas do PIB. Segundo, demanda-se que sua existência como um fator de custo para a sociedade seja reconhecida e que esse custo seja atendido pelo estado e por investimento na infraestrutura pública. Mais recentemente, Pearson e Elson (2015, pp. 20-21) reivindicaram uma nova “barganha reprodutiva”, que é um “contrato implícito entre o estado e os cidadãos sobre a provisão de acesso a recursos e serviços para a reprodução das pessoas ao longo do curso de suas vidas”, assegurada por investimento público em infraestrutura social. Demandar reconhecimento a nível governamental produz uma série de coisas. Em primeiro lugar, se bem-sucedida, essa demanda torna o trabalho reprodutivo reconhecido por sua contribuição ativa à sociedade. Além disso, promove a questão da remuneração, seja diretamente, como parte de um salário social ou de uma renda básica; ou indiretamente, em termos de títulos de pensão, auxílio doença e outras remunerações oriundas do sistema de proteção social enquanto cidadãos “produtivos”. Em segundo, essa demanda chama atenção à necessidade de se desenvolver arranjos de bem-estar, estruturas de suporte e instituições que permitam que o necessário trabalho reprodutivo seja adequadamente realizado.¹⁸ E, no entanto, enquadrar a problemática em termos de riscos de produtividade limita qualquer solução aos termos ditados pela lógica da acumulação de capital. Como podemos pensar além do modelo econômico vigente que tem demonstrado aprofundar crises, instabilidade, desigualdade e destruição do meio ambiente?¹⁹

Economistas políticas feministas também desenvolveram medidas para contabilizar o esgotamento do trabalho reprodutivo não pago com vistas a combater os efeitos prejudiciais desse esgotamento para aqueles que realizam o trabalho bem como para a sociedade em geral (Rai et al., 2013). Nesse sentido, Hoskyns e Rai (2007, p. 302) estipulam:

¹⁸ Há um outro debate aqui, acerca da substituição do trabalho social de reprodução por máquinas – o desenvolvimento de tecnologias, incluindo tecnologias digitais bem como robótica e a automação do trabalho. Essa discussão excede o alcance desse artigo, mas é uma preocupação feminista importante (para uma discussão, ver Fortunati, 2007).

¹⁹ Os pressupostos básicos de uma economia capitalista do crescimento estão sendo questionados por um movimento social transnacional crescente e por uma comunidade epistêmica preocupados com o desenvolvimento e a defesa de uma transformação social e ecológica, pós-capitalista e pós-crescimento da sociedade. Para discussões, ver Gibson-Graham (2006), Markantonatou (2013), Mason (2015) e aqui para leitura adicional: [http:// www.degrowth.org/publications](http://www.degrowth.org/publications).

A atribuição de valor monetário a trabalho não-pago fornece a chave para desafiar a subvalorização sistemática do trabalho não-pago feminino [...] a atribuição de valor se torna uma ferramenta de comunicação ao traduzir o trabalho não pago para uma linguagem que o governo compreende: o dinheiro.

Este é o ponto em que outra questão delicada surge: como não apenas preparar o terreno para o capital mercantilizar a demanda por reconhecimento? Se as exigências de reconhecimento forem traduzidas num registro quantitativo de medida inteligível para o capital, poderiam as relações de poder que sustentam o governo do capital ser deslocadas? Essas relações de poder estão congeladas no dinheiro e no papel que o dinheiro tem na reprodução das relações de classe e na manutenção da dominação do capital que

funciona através da lógica da troca [...] a própria estrutura do capital que opera através do equilíbrio constante de valores heterogêneos ao equivalente geral do dinheiro (Mezzadra and Neilson, 2013).

O cerne da relação de poder em questão aqui é o controle sobre os meios de reprodução e os modos pelos quais o acesso à reprodução social é mediado. A mediação dominante atualmente é a forma-mercadoria, que impõe o trabalho como um meio de renda ou de dívida, que ocorre na ausência de um salário. Ambos, dívidas e salários, impõem relações de dependência. Conseqüentemente, uma questão necessária se torna como uma política feminista desloca os termos do debate transformando o próprio objetivo da reprodução social, insistindo em diferentes modos de atribuição de valor à reprodução social. Quais quadros conceituais podem auxiliar a desafiar e a transformar os mecanismos disciplinares que facilitam ainda mais a extração de riqueza e que reforçam as relações de poder existentes?

Trazer à tona um terceiro significado de investimento poderia auxiliar a responder essa questão. Esse terceiro significado se refere ao investimento afetivo ou emocional do que é “colocado” em algo (“*put in*” to *something*), isto é, o investimento realizado em atividades que importam para nós e das quais um valor de uso intrínseco é derivado. Emprestando da teoria psicanalítica, poderíamos chamar isso de investimento *catético*. Como discutido acima, o vínculo afetivo da reprodução social forma uma das contradições

centrais a que as críticas feministas do trabalho reprodutivo e de cuidado procuraram dar atenção,²⁰ refletida hoje nas discussões sobre o ativismo de crise, reprodução social e voluntariado como visto anteriormente.

O ativismo feminista e seu pensamento precisam continuar atentos às possibilidades de liberar esse investimento afetivo do caminho a que foi amarrado ao capital (cf. Lordon, 2013; Konings, 2015), em direção a modos de atribuição de valor à reprodução social que podem desenvolver novas infraestruturas sociais e práticas do “comum” que não estejam situadas a serviço da acumulação (cf. De Angelis, 2007; Caffentzis and Federici, 2014; Haiven, 2014). Isso requer uma atenção à organização social da produção e da reprodução, bem como às dimensões físicas e afetivas do capitalismo contemporâneo – as estruturas afetivas através das quais esperanças e desejos, medos e ansiedades, como também as possibilidades de mudança são constituídas. Ter os meios, o tempo e a capacidade para se engajar na reprodução social é a chave para a tarefa de transformação social e ecológica rumo a uma sociedade sustentável social e ecologicamente.

Conclusão

Não é coincidência que muitas das lutas atuais contra a austeridade se organizam no terreno da reprodução social. Enquanto o capital encontra sempre mais caminhos para valorizar atividades de modos que não são codificados como trabalho (incluindo dívida e risco financeiro), a desvinculação entre salários e trabalhos está se tornando cada vez mais visível. Parece óbvio que tal desvinculação não sinaliza o fim da exploração, e que ativamente cria populações excedentes (Sassen, 2014) que lutam para reproduzir suas subsistências por não ter acesso aos meios de fazê-lo. Disso decorrem cinco orientações para pesquisas futuras:

- Teorizar os *meios* da reprodução social para além da renda monetária,²¹ dando atenção ao *tempo* e a *capacidade* como precondições para o engajamento na reprodução social.

²⁰ O trabalho de cuidado de alguém é um trabalho que as pessoas normalmente fazem precisamente por que se importam com esse alguém; além disso, o trabalho de cuidado é de um tipo que não se nega facilmente, por exemplo, o cuidado de crianças ou de idosos, ou por alguém que seja deficiente ou esteja doente.

- Desafiar as hierarquias e divisões que continuam a estruturar a divisão social de trabalho, riqueza, poder e privilégio.
- Considerar a co-imbricação da reprodução social e ecológica e do cuidado pelo meio-ambiente frente às mudanças climáticas e à destruição ambiental.
- Elaborar a relação entre democracia e reprodução social.
- Investigar a relação entre reprodução social e tecnologia.

Esse artigo defende conceptualizações de valor alternativas àquelas que congelam o valor em medidas quantificáveis, monetizáveis. Os modos de atribuição de valor à reprodução-social podem ser pensados como *contra* práticas,²² capacidades e relações que sirvam como um baluarte de proteção contra as vicissitudes do capitalismo global e que desloquem os termos do debate. Eles reformulam o *objetivo* da reprodução social e ecológica para além de sua subsunção a uma lógica atada ao crescimento econômico e à acumulação de capital. É útil, no desenvolvimento de tais *contra* práticas, um aprofundamento teórico e analítico, a desmontagem e a reconstrução dos conceitos e categorias. Isso envolve examinar conceitos como “valor”, “investimento”, “dinheiro” e “recurso” de modos que tornem visíveis as relações sociais antagônicas da extração de riqueza que os comprimem em suas formas hegemônicas. Desenvolver uma distinção radical entre os modos de valorização e os modos de atribuição de valor à reprodução social que seja adequada à conjuntura histórica específica é parte da tarefa intelectual-política com a qual esse artigo procurou contribuir.

Referências bibliográficas

²¹ Entendida no sentido de salários e dívidas, e das respectivas relações de dependência que carregam consigo.

²² Me apoio aqui no trabalho de Massimo De Angelis (2007) e em sua elaboração sobre o “comum” (*commoning*) e sobre “práticas alternativas de valor”; escolhi usar o termo “*contra* práticas” para enfatizar não apenas que as práticas de valor que requeremos precisam ser diferentes, mas que precisam também desafiar os estreitos limites da valorização capitalista pelas razões apresentadas nesse artigo.

Alessandrini, D. (2014) Research note: Re-thinking feminist engagements with the state and wage labour. *feminists@law* 4(1): 1–15.

Allon, F. (2014) The feminisation of finance. *Australian Feminist Studies* 29(79): 12–30.

Aspers, P. and Becker, J. (2011) *The Worth of Goods – Valuation and Pricing in the Economy*. Oxford: Oxford University Press.

Bakker, I. (2007) Social reproduction and the constitution of a gendered political economy. *New Political Economy* 12(4): 541–556.

Bassel, L. and Emejulu, A. (2015) Representations of minority women in contexts of austerity. *Gender & Politics* 10(1): 131–136.

Berg, H. (2014) An honest day's wage for a dishonest day's work: (Re)Productivism and refusal.

Women's Studies Quarterly 42(1–2): 161–177.

Borromeo, L. (2015) These Anti-homeless Spikes Are Brutal, We Need to Get Rid of Them, *Comment is Free, The Guardian*, July 24th 2015, <http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jul/23/antihomeless-spikes-inhumane-defensive-architecture> [último acesso: Julho de 2015].

Bryan, D., Martin, R. and Rafferty, M. (2009) Financialization and marx: Giving labor and capital a financial makeover. *Review of Radical Political Economics* 41(4): 458–472.

Bryan, D. and Rafferty, M. (2014) Financial derivatives as social policy beyond crisis. *Sociology* 48(5): 887–903.

Caffentzis, G. (1999) On the notion of a crisis of social reproduction – A theoretical review'. In: M. Dalla Costa and G. Dalla Costa (eds.) Women, Development and Labor of Reproduction. Trenton, NJ: Africa World Press Inc.

Caffentzis, G. and Federici, S. (2014) Commons against and beyond capitalism. Community Development Journal 49(1): 92–105.

Cleaver, H. (1979) Reading Capital Politically. Austin: University of Texas Press.

Cox, N. and Federici, S. (1975) Counterplanning from the kitchen sink. Bristol: Falling Wall Press.

Colau, A. and Alemany, A. (2014) Mortgaged Lives – From the Housing Bubble to the Right to Housing. Journal of Aesthetic & Protest Press.

Clough, P. (2007) The Affective Turn – Theorising the Social. Durham, NC: Duke University Press.

Dalla Costa, M. (1972) Women and the subversion of community. In: M. Dalla Costa and S. James (eds.) The Power of Women and the Subversion of Community. Bristol: Falling Wall Press.

De Angelis, M. (2007) The Beginning of History – Value Struggles and Global Capitalism. London: Pluto Press.

Dean, J. (2015) Volunteering, the market, and neoliberalism. People, Place and Policy 9/2: 139–148.

Dowling, E. and Harvie, D. (2014) Harnessing the social: State, crisis and (big) society. Sociology 48(5): 869–886.

Elson, D. (1998) Integrating gender issues into National budgetary policies and procedures: some policy options. *Journal of International Development* 10(7): 929–941.

Esping-Andersen (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Boston MA: Harvard University Press.

Federici, S. (1975) *Wages Against Housework*. London: Power of Women Collective & Bristol: Falling Wall Press.

Federici, S. (2012) *Revolution At Point Zero – Housework, Reproduction and Feminist Struggle*. New York: Brooklyn, NY: Common Notions/Oakland, CA: PM Press.

Federici, S. (2014) From commoning to debt: Financialization, microcredit, and the changing architecture of capital accumulation. *South Atlantic Quarterly* 113(2): 231–244.

Feher, M. (2009) Self-appreciation; or, the aspirations of human capital. *Public Culture* 21(1): 21–42.

Fortunati, L. (1981/1995) *The Arcane of Reproduction – Housework, Prostitution, Labor and Capital*. Brooklyn, NY: Autonomedia.

Fortunati, L. (2007) Immaterial labour and its machinization. *Ephemera: Theory & Politics in Organisation* 7(1): 139–157.

Fraser, N. and Gordon, L. (1994) A genealogy of “dependency”: Tracing a keyword of the US welfare state. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 19(2): 309–336.

Fraser, N. (2014) Behind Marx’s hidden abode – For an expanded conception of capitalism. *New Left Review* 86: 55–72.

Gibson-Graham, J.K. (2006): *A Postcapitalist Politics*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

Haiven, M. (2014) *Crisis of Imagination – Crisis of Power*. London: Zed Books.

Harvey, D. (2004) *The New Imperialism – Accumulation By Dispossession*. *Socialist Register* 40: 63–87. [Versão em português: Harvey, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2010].

Haldane, A. (2014) *In Giving, How Much Do We Receive? The Social Value of Volunteering*, A Pro Bono Economics lecture to the Society of Business Economists, London, 9 September 2014, The Bank of England. [archive: www.bankofengland.co.uk/publications/Pages/speeches/default.aspx].

Hoskyns, C. and Rai, S.M. (2007): *Recasting the global political economy: Counting women’s unpaid work*. *New Political Economy* 12(3): 297–317.

James, S. (2013) *Sex, Race and Class-the Perspective of Winning: A Selection of Writings 1952–2011*. Oakland, CA: PM Press [common notions].

Konings, M. (2015) *The Emotional Logic of Capitalism*. Redwood, CA: Stanford University Press.

Lordon, F. (2013) *Willing Slaves of Capital*. London: Verso.

Massey, D. (2014) *Vocabularies of the Economy*, in Hall, S., Massey, D. and Rustin, M. (eds.): *After Neoliberalism – the Kilburn Manifesto*. London: Lawrence and Wishart.

Markantonatou, M. (2013) *From the limits to growth to “Degrowth”: Discourses of critique of growth in the crises of the 1970s and 2008*, Working Paper, DFG Research Group on Postgrowth Societies, Nr.05/2013, Jena. <http://www.kolleg->

postwachstum.de/sozwmmedia/dokumente/WorkingPaper/wp5_2013.pdf [último acesso: Junho de 2016].

Marx, K. (1887) *Capital: Critique of Political Economy Vol. 1*. London: Lawrence and Wishart. [Versão em Português: Marx, K. *O capital: Crítica da Economia Política Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2013].

Mason, P. (2015) *Postcapitalism – A Guide To Our Future*. London: Penguin.

Mezzadra, S. and Neilson, B. (2013) *Border as Method – Or the Multiplication of Labour*. Durham, NC: Duke University Press.

Mies, M. (1986) *Patriarchy and Accumulation On A World Scale*. London: Palgrave Macmillan.

Moore, J.W. (2014) The end of cheap nature, or: How i learned to stop worrying about ‘the’ environment and love the crisis of capitalism. In: C. Suter and C. Chase-Dunn (eds.) *Structures of the World Political Economy and the Future of Global Conflict and Cooperation*. Berlin: LIT, 285–314.

Morel, N., Palier, B. and Palme, J. (2012) *Towards a Social Investment Welfare State? Ideas, Policies, Challenges*. Bristol: Policy Press.

Mostafanezhad, M. (2012) The geography of compassion in volunteer tourism, *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism, Space, Place and the Environment* 15(2): 318–337.

Negra, D. and Y. Tasker (eds.) (2014) *Gendering the Recession – Media and Culture in an Age of Austerity*. Durham NC: Duke University Press.

Oxfam (2013) The True Cost of Austerity and Inequality – UK Case Study. Oxfam Case Study September 2013, <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/cs-true-cost-austerity-inequalityuk-120913-en.pdf> [último acesso: Dezembro de 2015].

Precarias a la Deriva (2006) A very careful strike – Four hypotheses. *The Commoner* 11: 33–45, <http://www.commoner.org.uk/11deriva.pdf>.

Pearson, R. and Elson, D. (2015) Transcending the impact of the financial crisis in the United Kingdom: Towards plan F—A feminist economic strategy. *Feminist Review* 109: 8–30.

Picchio, A. (1992) *Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pigeon, M., McDonald, D., Hoedeman, O. and Kishimito, S. (2012) *Remunicipalisation – Putting Water Back Into Public Hands*. Amsterdam: Transnational Institute.

Rai, S., Hoskyns, C. and Thomas, D. (2013) Depletion – the cost of social reproduction. *International Feminist Journal of Politics* 16(1): 86–105.

Read, J. (2016) *The Politics of Transindividuality*. Historical Materialism Book Series. Leiden: Brill.

Roberts, A. (2015) Gender, financial deepening and the production of embodied finance: Towards a critical feminist analysis. *Global Society* 29(1): 107–127.

Rosol, M. (2012) Community volunteering as neoliberal strategy? Green space production in Berlin. *Antipode: A Journal of Radical Geography* 44(1): 239–257.

Salamon, L., Sokolowski, S.W. and Haddock, M.A. (2011) Measuring the economic value of volunteer work globally: Concepts, estimates and a roadmap to the future. *Annals of Public and Cooperative Economics* 82(3): 217–252.

Sassen, S. (2014) *Expulsions – Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Social Finance (2015) *What If We Ran It Ourselves? Getting the Measure of Britain's Community Business Sector*, (ed. by Andy Swerksy and James Plunkett). London: Social Finance UK, <http://www.thepowertochange.org.uk/wp-content/uploads/2015/02/PtC-REPORT-FINAL-v1.2.pdf> [último acesso: Dezembro de 2015].

Spinoza, B. (1677/2001) *Ethics*. Ware: Wordsworth Classics. [Versão em português: Espinosa. *Ética*. São Paulo: EDUSP. 2014].

Steans, J. and Tepe, D. (2010) Social reproduction in international political economy: Theoretical insights and international, transnational and local sitings *Review of International Political Economy* 17(5): 807–815.

Streeck, W. (2014) *Buying Time*, London: Verso.

UK Cabinet Office (2015) *Community Life Survey 2014-2015 Statistical Bulletin*, <https://www.gov.uk/government/collections/community-life-survey> [último acesso: Dezembro de 2015].

Waring, M. (1988) *If Women Counted – A New Feminist Economics*. New York: Harper Collins.

Weeks, K. (2011) *The Problem With Work – Feminism, Marxism, Antiwork Politics and Postwork Imaginaries*. Durham, NC: Duke University Press.

Wetherell, M. (2015) Trends in the turn to affect – A social psychological critique. *Body & Society* 21(2): 139–166.

Whitfield, D. (2015) Alternative to Private Finance of the Welfare State: A global analysis of Social Impact Bond, Pay-for-Success & Development Impact Bond Projects, <http://www.europeanservices-strategy.org.uk/publications/essu-research-reports/alternative-to-private-finance-of-thewelfare/alternative-to-private-finance-of-the-welfare-state.pdf> [último acesso: Dezembro de 2015].

Williams, R. (1977) *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford Paperbacks.

Winker, G. (2015) *Care Revolution – Schritte in eine solidarische Gesellschaft*. Bielefeld: Transcript Verlag.

Women’s Budget Group (2014) *The Impact of Women of the Budget 2014: No Recovery For Women*. London: Women’s Budget Group, <http://www.wbg.org.uk/wp-content/uploads/2014/03/FINALWBG-2014-budget-response.pdf> [último acesso: Dezembro de 2015].

About the author

Emma Dowling

Universidade de Middlesex, Londres, Inglaterra. E-mail: e.dowling@mdx.ac.uk

The author is the only responsible for writing this article.